



# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder  
Executivo  
seção I

**imprensaoficial**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2.193-8000

Volume 130 • Número 72 • São Paulo, terça-feira, 14 de abril de 2020

www.imprensaoficial.com.br

## Decretos

### DECRETO Nº 64.936, DE 13 DE ABRIL DE 2020

*Dispõe sobre medidas de redução de despesas no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)*

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020;

Considerando a necessidade de priorização de recursos para combate à pandemia provocada pela COVID-19; e

Considerando, ainda, a deterioração do cenário econômico nacional e, como consequência, da arrecadação tributária,

#### Decreta:

Artigo 1º - Os órgãos da Administração direta, as autarquias, inclusive as de regime especial, as fundações e as empresas estatais dependentes nos termos do inciso III do artigo 2º da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, deverão adotar medidas imediatas para redução de despesas com custeio no período de abril a junho de 2020, observado o Anexo deste decreto, contendo novos valores para dotações contingenciadas.

§ 1º - Ficam dispensados das medidas de redução de despesas determinadas no "caput" os seguintes órgãos e entidades:

1. Secretaria da Saúde e entidades vinculadas;
2. Secretaria da Segurança Pública;
3. Secretaria da Administração Penitenciária;
4. Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP;
5. Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

§ 2º - Ficam canceladas as reservas de dotação de outras despesas correntes, nas Fontes Tesouro e DREM, devendo as despesas programadas ser revisadas de acordo com as diretrizes deste decreto.

§ 3º - Os administradores, na adoção das medidas restritivas e de revisão das despesas previstas neste artigo, devem priorizar a continuidade de serviços essenciais e a conclusão de obras em andamento.

Artigo 2º - Para a redução de despesas determinadas no artigo 1º deste decreto, deverão ser adotadas, dentre outras medidas, aquelas previstas no Decreto nº 64.898, de 31 de março de 2020, sem prejuízo da reavaliação de licitações em curso que ainda não tenham sido homologadas ou adjudicadas, bem como daquelas ainda a serem instauradas.

Artigo 3º - Ficam vedadas as seguintes despesas:

- a) locação de imóveis e de prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos;
- b) obras;
- II - termos aditivos que impliquem acréscimo de objeto, no tocante a contratos de prestação de serviços, consultoria, execução de obras ou reformas e compras;
- III - aquisição de imóveis, móveis, veículos e equipamentos;
- IV - publicidade e eventos não relacionados com o combate à epidemia da COVID-19;
- V - contratação ou prorrogação de contratos de serviços técnicos profissionais especializados.

§ 1º - Ficam dispensados das medidas previstas no "caput" deste artigo, exclusivamente:

1. a Secretaria da Saúde e suas entidades vinculadas;
2. o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

§ 2º - Para fins de cumprimento deste artigo, casos excepcionais, devidamente justificados, serão analisados e deliberados pelo Comitê Gestor e submetidos à aprovação do Secretário de Governo.

Artigo 4º - Os contratos de gestão de que trata a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, deverão ser reavaliados e adotados, de modo a preservar as atividades imprescindíveis à manutenção do equipamento gerido ou do programa objeto do contrato de gestão.

§ 1º - A reavaliação a que alude o "caput" deste artigo deverá:

1. observar as características do equipamento ou programa objeto do contrato de gestão;
2. reduzir, proporcionalmente à diminuição das atividades desenvolvidas, o valor de repasse do Poder Público à organização social;
3. considerar, na adequação do valor de repasse, a adoção, pela organização social, de medidas mitigatórias de sua iniciativa, em especial aquelas previstas nas Medidas Provisórias nº 927, de 22 de março de 2020, e nº 936, de 1º de abril de 2020.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica a contratos de gestão celebrados no âmbito da Secretaria da Saúde e entidades vinculadas.

Artigo 5º - A Secretaria de Governo, por meio da Corregedoria Geral da Administração, e a Secretaria da Fazenda e Planejamento, por meio do Departamento de Controle e Avaliação, dentro de suas atribuições, deverão zelar pelo cumprimento das disposições deste decreto.

Artigo 6º - Este decreto não se aplica às universidades públicas estaduais, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e à Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP - PREVCOM, ficando recomendado a estas a imediata adoção de medidas para garantir sua solidez financeira ante a iminente redução de suas receitas.

Parágrafo único - As empresas estatais não dependentes deverão adotar as medidas a que alude o "caput" deste artigo.

Artigo 7º - Normas complementares para aplicação deste decreto serão expedidas por resolução conjunta das Secretarias de Governo e da Fazenda e Planejamento.

Artigo 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de abril de 2020  
JOÃO DORIA

*Gustavo Diniz Junqueira*  
Secretário de Agricultura e Abastecimento

*Patrícia Ellen da Silva*  
Secretária de Desenvolvimento Econômico

*Sergio Henrique Sá Leitão Filho*  
Secretário da Cultura e Economia Criativa

*Rossieli Soares da Silva*  
Secretário da Educação

*Henrique de Campos Meirelles*  
Secretário da Fazenda e Planejamento

*Flavio Augusto Ayres Amary*  
Secretário da Habitação

*João Octaviano Machado Neto*  
Secretário de Logística e Transportes

*Paulo Dimas Debellis Mascaretti*  
Secretário da Justiça e Cidadania

*Marcos Rodrigues Penido*  
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

*Celia Kochen Parnes*  
Secretária de Desenvolvimento Social

*Marco Antonio Scarasati Vinholi*  
Secretário de Desenvolvimento Regional

*José Henrique Germann Ferreira*  
Secretário da Saúde

*João Camilo Pires de Campos*  
Secretário da Segurança Pública

*Nivaldo Cesar Restivo*  
Secretário da Administração Penitenciária

*Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga*  
Secretário dos Transportes Metropolitanos

*Aildo Rodrigues Ferreira*  
Secretário de Esportes

*Vinicius Rene Lummertz Silva*  
Secretário de Turismo

*Celia Camargo Leão Edelmuth*  
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*Julio Serson*  
Secretário de Relações Internacionais

*Antonio Carlos Rizeque Malufe*  
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da

Casa Civil  
*Rodrigo Garcia*  
Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 13 de abril de 2020.

ANEXO  
a que se refere o artigo 1º do  
Decreto nº 64.936, de 13 de abril de 2020  
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2020  
Contingenciamento adicional a partir de 06/04/2020  
GRUPO DE DESPESA: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Fontes: 001; 081; 006; 086  
Em R\$ 1,00

| ÓRGÃO / UO  | DOTAÇÃO CONTINGENCIADA ADICIONAL |
|---|----------------------------------|
| 08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO                        | 249.518.916                      |
| 08001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE      | 174.349.707                      |
| 08002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO-CEE             | 16.784                           |
| 08009 - COORDENADORIA DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS   | 50.448.588                       |
| 08010 - ESCOLA FORM.APERF.PROF.E.S.P.PAULO R.C.SOUZA  | 23.650                           |
| 08011 - COORDENADORIA DE GESTAO DA EDUCACAO BASICA    | 18.396                           |
| 08012 - COORD.INFOMONITORAMENTO AVALIACAO EDUCACIONA  | 147.401                          |
| 08013 - COORD.DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS ESCOLARES  | 21.370.922                       |
| 08014 - COORDENADORIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS         | 24.372                           |
| 08046 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO   | 3.119.096                        |
| 10000 - SECR. DESENV. ECONOMICO                       | 39.739.408                       |
| 10001 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA  | 15.955.951                       |
| 10046 - FUNDAÇÃO UNIV.VIRTUAL DO ESTDE S.P.-UNIVESP   | 1.282.606                        |
| 10063 - CENTRO ESTEDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS   | 21.487.459                       |
| 10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA              | 187.171                          |
| 10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET  | 298.685                          |
| 10091 - INST.PESQUISAS TECN.ESTDE S.P.S/IA-IPT        | 527.537                          |
| 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA     | 69.068.407                       |
| 12001 - SECR.DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA           | 68.082.724                       |
| 12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU  | 691.990                          |
| 12046 - FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMERICA LATINA           | 293.693                          |
| 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO     | 1.722.574                        |
| 13001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE      | 1.722.574                        |
| 16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES         | 847.285                          |
| 16001 - ADMINISTRACAO SUPIDA SECRETARIA E DA SEDE     | 113.457                          |
| 16056 - DEPARTAMENTO AEROVIOARIO DO ESTADO DE SP-DAES | 588.835                          |
| 16093 - COMPANHIA DO CAS DE SAO SEBASTIAO             | 144.992                          |
| 17000 - SECR.DA JUSTICA E CIDADANIA                   | 3.654.451                        |
| 17001 - SEC. DA JUSTICA E CIDADANIA                   | 1.613.325                        |
| 17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP    | 1.387.516                        |
| 17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC      | 653.610                          |
| 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO          | 72.905.244                       |
| 20001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE      | 9.649.329                        |
| 20003 - COORDENADORIA DA ADMIN.FINANÇEIRA-CAF         | 67.640                           |
| 20005 - COORD.COMPRAS ELETRON. E ENTID.DESCENTR.-CEE  | 20.258                           |
| 20007 - COORD.ADMINISTRACAO                           | 12.572.523                       |
| 20009 - CONTROLADORIA                                 | 29.577                           |
| 20010 - SUBCOORD.FISSC.COBR.ARREC.INTELG.DADOS E ATEN | 25.571.116                       |
| 20011 - SUBCOORD.CON.S. TRIB.CONT.ADM.TRIBUTARIO      | 1.998.740                        |
| 20012 - COORD.PLANEJAMENTO E ORCAMENTO                | 45.647                           |
| 20013 - COORDENADORIA DE GESTAO                       | 61.446                           |
| 20014 - COORD.RECURSOS HUMANOS DO ESTADO              | 22.888.778                       |
| 25000 - SECRETARIA DA HABITACAO                       | 5.013.991                        |
| 25001 - SECRETARIA DA HABITACAO                       | 5.013.991                        |

|  |            |
|--|------------|
| 26000 - SECRETARIA DE INFR. MEIO AMBIENTE            | 12.309.666 |
| 26001 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE                  | 4.116.419  |
| 26045 - FUNDAÇÃO P/CONSERV.E PRODUÇÃO FLORESTAL SP   | 1.096.320  |
| 26046 - FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO       | 241.097    |
| 26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETTRICA-DAEE      | 6.414.933  |
| 26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO | 440.897    |

| ÓRGÃO / UO   | DOTAÇÃO CONTINGENCIADA ADICIONAL |
|--|----------------------------------|
| 28000 - CASA CIVIL                                   | 650.375                          |
| 28001 - CASA CIVIL                                   | 650.375                          |
| 29000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL       | 1.639.985                        |
| 29001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL       | 1.573.847                        |
| 29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA         | 23.519                           |
| 29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS                 | 35.400                           |
| 29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE    | 3.242                            |
| 29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA                 | 3.977                            |
| 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL         | 27.494.982                       |
| 35001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE     | 704.761                          |
| 35003 - COORDENADORIA DE ACAO SOCIAL                 | 684.330                          |
| 35004 - COORDENADORIA DE GESTAO ESTRATEGICA          | 5.039                            |
| 35006 - COORDENADORIA DE ADMIN.DE FUNDOS E CONVENIOS | 5.591                            |
| 35007 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FEAS    | 15.310.973                       |
| 35009 - COORD. DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  | 9.665.788                        |
| 35010 - COORD.DE POLITICAS SOBRE DROGAS DO EST.-COE  | 1.118.500                        |
| 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS    | 53.976.595                       |
| 37001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR DA SEC. E DA SEDE     | 53.886.883                       |
| 37002 - ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDAO            | 89.712                           |
| 40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO                 | 2.142.199                        |
| 40001 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO                 | 2.142.199                        |
| 41000 - SECRETARIA DE ESPORTES                       | 1.997.767                        |
| 41001 - SECRETARIA DE ESPORTES                       | 1.997.767                        |
| 47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA     | 2.363.066                        |
| 47001 - SEC.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA      | 2.363.066                        |
| 50000 - SECRETARIA DE TURISMO                        | 458.024                          |
| 50001 - ADMINISTRACAO SUP.DA SECRETARIA E DA SEDE    | 458.024                          |
| 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO                        | 109.925.248                      |
| 51001 - SECRETARIA DE GOVERNO                        | 86.488.641                       |
| 51003 - CASA MILITAR                                 | 676.754                          |
| 51004 - FUSSESP-FUNDO SOCIAL SOLIDARIEDADE EST.S.P.  | 59.137                           |
| 51005 - UNIDADE DE COMUNICACAO                       | 2.636.461                        |
| 51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANALDADOS-SEADE     | 291.462                          |
| 51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP  | 19.039.464                       |
| 51091 - CIA.DESENV.AGRICOLA S.P.                     | 408.801                          |
| 51092 - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJ.METROPSA          | 324.528                          |
| 52000 - SECR. ESPECIAL DE REL. INTERNACIONAIS        | 117.350                          |
| 52001 - SECR. ESPECIAL DE REL. INTERNACIONAIS        | 117.350                          |
| Total Geral  | 655.545.534                      |

### DECRETO Nº 64.937, DE 13 DE ABRIL DE 2020

*Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)*

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020;

Considerando a necessidade de priorização de recursos para combate à pandemia provocada pela COVID-19; e

Considerando, ainda, a deterioração do cenário econômico nacional e, como consequência, da arrecadação tributária,

#### Decreta:

Artigo 1º - Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e pelo Decreto Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, ficam suspensos, no âmbito da Administração direta e das autarquias:

I - antecipação do pagamento do décimo terceiro salário aos servidores públicos civis e aos militares do Estado, prevista no Decreto nº 42.564, de 1º de dezembro de 1997;

II - a conversão, em abono pecuniário, de um terço das férias do empregado público, prevista no artigo 143 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 8º, parágrafo único, da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020;

III - os concursos públicos em andamento;

IV - a admissão de estagiários;

V - as nomeações para cargos públicos e as admissões em empregos públicos, quando vagos;

VI - a fixação de metas e a realização de avaliações referentes a bonificações e participações nos resultados que possam importar a assunção de despesas adicionais.

§ 1º - Durante o período indicado no "caput" deste artigo: 1. fica vedada a abertura de novos concursos públicos; 2. o adicional de um terço de férias será pago concomitantemente ao décimo terceiro salário, observado o inciso I deste artigo, restando afastado o momento de pagamento previsto no artigo 1º, "caput", do Decreto nº 29.439, de 28 de dezembro de 1988.

§ 2º - Não se aplicam:

1. à Secretaria da Saúde e ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, as medidas previstas nos incisos II a VI e no item 1 do § 1º do artigo 1º deste decreto;
2. à Secretaria da Segurança Pública, as medidas previstas no inciso VI do artigo 1º deste decreto.

Artigo 2º - O representante da Fazenda do Estado adotará as providências necessárias à aplicação, no que couber, do disposto neste decreto no âmbito das empresas e fundações controladas pelo Estado.

Artigo 3º - Este decreto não se aplica às universidades públicas estaduais, ficando-lhes recomendada a imediata adoção de medidas para garantir sua solidez financeira ante a iminente redução de suas receitas.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de abril de 2020

JOÃO DORIA

*Gustavo Diniz Junqueira*

Secretário de Agricultura e Abastecimento

*Patrícia Ellen da Silva*

Secretária de Desenvolvimento Econômico

*Sergio Henrique Sá Leitão Filho*

Secretário da Cultura e Economia Criativa

*Rossieli Soares da Silva*

Secretário da Educação

*Henrique de Campos Meirelles*

Secretário da Fazenda e Planejamento

*Flavio Augusto Ayres Amary*

Secretário da Habitação

*João Octaviano Machado Neto*

Secretário de Logística e Transportes

*Paulo Dimas Debellis Mascaretti*

Secretário da Justiça e Cidadania

*Marcos Rodrigues Penido*

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

*Celia Kochen Parnes*

Secretária de Desenvolvimento Social

*Marco Antonio Scarasati Vinholi*

Secretário de Desenvolvimento Regional

*José Henrique Germann Ferreira*

Secretário da Saúde

*João Camilo Pires de Campos*

Secretário da Segurança Pública

*Nivaldo Cesar Restivo*

Secretário da Administração Penitenciária

*Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga*

Secretário dos Transportes Metropolitanos

*Aildo Rodrigues Ferreira*

Secretário de Esportes

*Vinicius Rene Lummertz Silva*

Secretário de Turismo

*Celia Camargo Leão Edelmuth*

Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*Julio Serson*

Secretário de Relações Internacionais

*Antonio Carlos Rizeque Malufe*

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da

Casa Civil

*Rodrigo Garcia*

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 13 de abril de 2020.

### DECRETO Nº 64.938, DE 13 DE ABRIL DE 2020

*Dispõe sobre a ação Alimento Solidário, no âmbito do Projeto Família Paulista, instituído pelo Decreto nº 61.675, de 2 de dezembro de 2015, e dá providências correlatas*

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus), reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020;

Considerando a recomendação do Centro de Contingência do Coronavírus, instituído pela Resolução nº 27, de 13 de março de 2020, do Secretário de Estado da Saúde, que aponta a crescente propagação do coronavírus no Estado de São Paulo, bem assim a necessidade de restringir atividades não essenciais sem colocar em risco a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população;

Considerando o Decreto nº 61.675, de 2 de dezembro de 2015, que instituiu o Projeto Família Paulista com o objetivo de enfrentar as múltiplas privações das famílias em situação de extrema pobreza e promover o desenvolvimento social;

Considerando o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social),

#### Decreta:

Artigo 1º - Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, a Secretaria de Desenvolvimento Social executará, no âmbito do Projeto Família Paulista, instituído pelo Decreto nº 61.675, de 2 de dezembro de 2015, a ação Alimento Solidário, com vistas ao fornecimento de alimentação a famílias em situação de extrema pobreza.

Parágrafo único - Para fins do disposto no "caput" deste artigo, caracterizam-se como famílias em situação de extrema pobreza as que auferam renda familiar mensal "per capita" de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), conforme disposto nos Decretos federais nº 7.492, de 2 de junho de 2011, e nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Artigo 2º - O fornecimento de alimentação previsto no artigo 1º deste decreto se dará mediante a distribuição de cestas de alimentos a famílias:

I - constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo Decreto federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II - residentes em Municípios integrantes das Regiões Metropolitanas do Estado.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso II do "caput" deste artigo poderá ser excepcionalmente afastado por despacho fundamentado da Secretária de Desenvolvimento Social, que indique disponibilidade excedente de cestas de alimentos a famílias em situação de extrema pobreza desatendidas.

Artigo 3º - A participação de Municípios na ação Alimento Solidário se dará mediante formalização de termo de adesão, nos termos de minuta-padrão veiculada em resolução da Secretaria de Desenvolvimento Social.